

Empreendedorismo Social e Organizações do Terceiro Setor: Um Ensaio Teórico sobre as Convergências e Divergências e o Papel da Ação Social Neste Contexto

Kaio Feroldi Motta¹
Nayara Emi Shimada²

RESUMO

O presente ensaio teórico se propõe a compreender as distinções e os limites entre empreendedorismo social e as organizações do terceiro setor e transmitir ao leitor o entendimento no tocante à ação social de ambos os campos. Para isso, a metodologia adotada no artigo foi um ensaio teórico do tipo bibliográfico e descritivo, onde foram apresentados os antecedentes e as definições do empreendedorismo social, abordando a perspectiva de diferentes autores no campo de estudos. Em seguida, o crescimento no número de publicações na área também foi apontado, bem como uma conceitualização sobre o terceiro setor e as divergências e convergências deste com o empreendedorismo social e também a ação social nos dois campos estudados foram realizadas. Ao final do estudo, foi possível constatar um amadurecimento e importância do aspecto social no campo do empreendedorismo, bem como as semelhanças e diferenças entre empreendedorismo social e organizações do terceiro setor.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Empreendedorismo social. Organizações do terceiro setor. Ação social.

1 INTRODUÇÃO

O termo empreendedor tem origem na palavra francesa *entrepreneur*, que data do século XVI, sendo que a ligação do termo ao risco desenvolveu-se a partir do século XVII; desde então o assunto é passível de evoluções conceituais (ZEN; FRACASSO, 2008). Quanto ao empreendedorismo social, a literatura tem se desenvolvido de forma significativa a partir do início da década de 1980 (MORT; CARNEGIE; WEERAWARDENA, 2003), recebendo a ação do empreendedor social grande destaque nos últimos anos devido ao crescimento das organizações do terceiro setor – dentre elas, as ONG's (ZEN; FRACASSO, 2008) – e o interesse nesta nova forma de organização se mostrado cada vez maior (SANTOS; GALLELI, 2013).

Mort, Carnegie e Weerawardena (2003) tratam o termo *empreendedor* como dinâmico e multifacetado, estando a ação empreendedora vinculada estreitamente aos aspectos social e tecnológico formadores do ambiente no qual o empreendedor encontra-se inserido. Zen e Fracasso (2008) corroboram os dizeres ao sugerirem o empreendedor social como nascente da era da tecnologia da informação, onde com o aumento da exclusão social e tecnológica de grande parte da população, surge este tipo de empreendedor – o *social* – preocupado com as demandas sociais não satisfeitas pelo poder público e/ou empresas capitalistas.

¹ Formado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá; Mestrando em Administração pela Universidade Estadual de Maringá. kaioferoldimotta@hotmail.com

² Formada em Administração pela Universidade Estadual de Maringá; Mestranda em Administração pela Universidade Estadual de Maringá. nayarash@gmail.com

As autoras supracitadas apontam que as iniciativas sociais baseiam-se na associação de pessoas ou na ação de um indivíduo com capacidade de mobilizar recursos em prol do social. Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) complementam pontuando que o empreendedorismo social impacta cada vez mais a sociedade com o emprego de abordagens inovadoras na resolução de problemas sociais, sendo característica uníssona do empreendedor social seu interesse pela justiça social (MORT; CARNEGIE; WEERAWARDENA, 2003). Para Melo Neto e Fróes (2002) *apud* Santos e Galleli (2013), o empreendedorismo social produz bens e serviços para a comunidade a fim de solucionar suas carências e demandas sociais, fazendo uso de parcerias com a comunidade, o governo e o setor privado.

Entretanto, ainda que a prática empreendedora social seja ascendente e as organizações do terceiro setor venham se destacando, Trivedi e Stokols (2011) defendem que ainda não há entendimento suficiente a respeito do que seria empreendedorismo social e suas diferenças em relação às organizações do terceiro setor. Shaw e Carter (2007) afirmam que muito do que se sabe sobre empreendedorismo pode não ser apropriado para a compreensão do empreendedorismo enquanto social, sendo uma razão para tanto o fato de poucos estudos terem explorado o tema sob uma perspectiva não lucrativa. Nicholls (2010) fortalece o que foi dito ao expor que o empreendedorismo social é um campo que ainda carece de consenso paradigmático e uma epistemologia clara.

Sendo assim diante de todo o exposto, este artigo objetiva abordar o empreendedorismo social e as organizações do terceiro setor (ONGs, entidades filantrópicas, organizações sem fins lucrativos etc.), a fim de compreender as distinções e os limites entre estes dois campos e transmitir ao leitor o entendimento no tocante à ação social do empreendedor social e a ação social das organizações do terceiro Setor.

2 METODOLOGIA

Este ensaio teórico configura-se, segundo Marconi e Lakatos (1991), como descritivo, por descrever as características dos fenômenos estudados, estabelecendo relações entre diferentes conceitos abordados. Além disso, é também bibliográfico por abranger toda biografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, utilizando este conhecimento disponível para tentar explicar o problema e atingir o objetivo (MARCONI E LAKATOS, 1991; KÖCHE, 1997). Para Severino (2007), um ensaio teórico consiste em um estudo bem desenvolvido de forma lógica e reflexiva, discursivo, concludente e formal, além de apresentar um alto nível de argumentação e coerência na mesma, não dispensando assim o rigor lógico.

Para cumprir o objetivo proposto, o artigo foi fundamentado em pesquisa bibliográfica de artigos publicados em *journals* (*Journal of World Business, Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing, Journal of Small Business and Enterprises Development, International Entrepreneurship and Management Journal, Social Entrepreneurship Journal, The Journal of Entrepreneurship, Entrepreneurship Theory and Practice, Academy of Management Perspectives e Organization Science*), além de artigos publicados em meio nacional de relevância para o assunto abordado (Revista Bahia Análise & Dados, Revista de Administração Pública, Revista da FAE, Revista Cadernos de Campo da USP, Revista de Administração, Revista de Administração Pública e Gestão Pessoal (APGS), Revista de Gestão da USP, Revista de Administração de Mackenzie) e trabalhos apresentados em eventos.

No decorrer da pesquisa, a partir do que já foi publicado na área, serão analisadas as divergências e convergências entre os temas de empreendedorismo social e organizações do terceiro setor e qual o papel da ação social neste contexto, a fim de proporcionar ao leitor maior compreensão e entendimento sobre o assunto.

3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ANTECEDENTES E DEFINIÇÕES

De acordo com os autores Sassmannshausen e Volkmann (2013) não se sabe exatamente quando o termo “*empreendedorismo social*” foi utilizado pela primeira vez, no entanto, desconfia-se que foi William N. Parker que o utilizou pela primeira vez em uma publicação acadêmica no ano de 1954, em um artigo publicado pelo *The Journal of Economic History*. Tal publicação abordava sobre uma forma distinta de empreendedorismo encontrado na Alemanha. Naquele contexto, como descreve Parker, o empreendedorismo social contribuía para a mobilidade social dos indivíduos, no qual permitia que eles alcançassem maiores posições de liderança, demonstrando o seu comportamento empreendedor. Sassmannshausen e Volkmann (2013) afirmam que mesmo com os grandes avanços nas definições de empreendedorismo social, a contribuição de Parker pode ser visto como um ponto de partida na pesquisa sobre empreendedorismo social.

Sassmannshausen e Volkmann (2013) afirmam que por quase três décadas nada foi publicado sobre o termo ‘empreendedorismo social’, sendo apenas em 1985 que duas publicações foram realizadas: uma nos EUA e outra na Holanda. Após anos, o tema permaneceu em taxas modestas, tendo nos anos de 1999 e 2000 o número de publicações sobre o tema quase que duplicado, tornando-se como os autores denominam uma ‘megatendência’ no campo do empreendedorismo (SASSMANNSHAUSEN E VOLKMANN, 2013). De acordo com a pesquisa bibliométrica desenvolvida pelos autores, o número de publicações envolvendo o tema ‘empreendedorismo social’ chegou a mais de mil em 2009 e em 2011, tendo 2.370 novas publicações indicadas pelo Google Scholar. O aumento das publicações que continham a expressão ‘empreendedorismo social’ pode ser observado no gráfico 1:

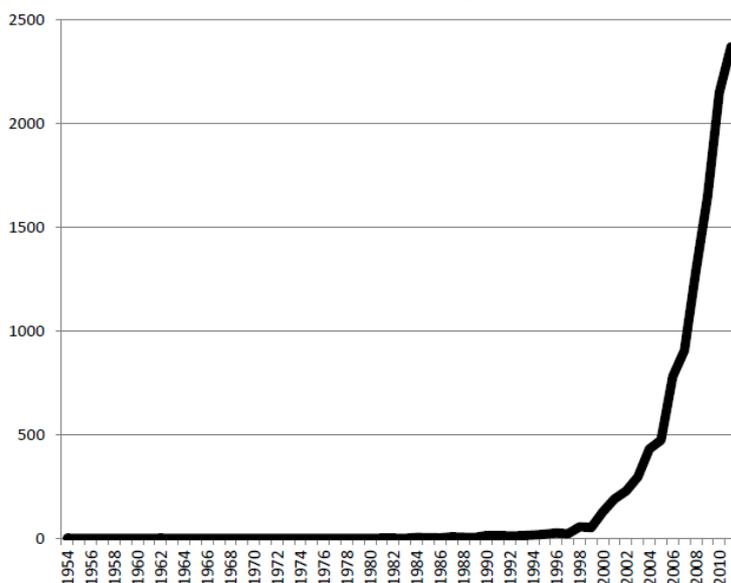


Gráfico 1 - Número de publicações anuais com a frase “empreendedorismo social”, conforme Google Scholar.

Fonte: Sassmannshausen e Volkmann (2013, p.8).

Sassmannshausen e Volkmann (2013) apontam que até março de 2012, de acordo com o *Google Scholar*, a casa de 12.300 publicações com esse termo foi atingida. Entretanto, as publicações identificadas *Google Scholar* continham o termo exato ‘empreendedorismo social’ em qualquer lugar do texto, seja no título, nota de rodapé ou nas referências e, portanto, fica difícil descobrir se tais publicações abordam com certa profundidade o empreendedorismo social ou se o termo é apenas mencionado. Contudo, ainda que exista essa limitação, os autores pontuam que isso pode significar o estabelecimento do ‘empreendedorismo social’ como um campo distinto de pesquisa dentro da área. Os autores mencionados anteriormente ainda arriscam dizer que, devido ao crescimento nas publicações e outras evidências descobertas pela pesquisa bibliométrica, o campo de empreendedorismo social atingiu ou alcançou uma maturidade conceitual.

Sobre o assunto em pauta (antecedentes teóricos e definições do termo ‘empreendedorismo social’), Shaw e Carter (2007, p. 419) argumentam que o empreendedorismo social surgiu como um novo rótulo para descrever o trabalho de comunidade, organizações voluntárias e públicas, bem como as empresas privadas que possuem objetivos mais voltados ao social do que aos lucros financeiros. Bose e Godói-de-Souza (2012) concordam ao proporem que o empreendedorismo social advem como uma proposta para enfrentar a pobreza face ao processo de exclusão social vivenciado com a globalização e agravado com as crises econômicas globais.

Na perspectiva de autores Shaw e Carter (2007), apesar dessas novas denominações, o empreendedorismo social teve o seu surgimento nos séculos XVIII e XIX, quando os empresários filantrópicos e industriais (como, por exemplo, Robert Owen, considerado um dos fundadores do cooperativismo), começaram a demonstrar preocupação com o bem-estar dos funcionários, melhorando suas condições de trabalho, educação e vida cultural. Por causa dessa relação, o empreendedorismo social tem sido associado a, por exemplo, o desenvolvimento da comunidade empresarial, educação, igrejas, instituições de caridade, o setor sem fins lucrativos e as organizações não governamentais (SHAW E CARTER, 2007).

Di Domenico, Haugh e Tracey (2010) acreditam que o surgimento do empreendedorismo social se deve a mudança de percepção sobre função dos mercados e a falta de capacidade ou negligência por parte dos governos dos países em atender as necessidades das classes sociais menos favorecidas. Portanto em razão da existência dessa lacuna, começaram a surgir pessoas ou grupos com objetivos de cunho social interessadas na criação de ações voltadas para a diminuição das assimetrias sociais, afirma Parente *et al* (2011).

Segundo Tan, Williams e Tan (2005) o empreendedorismo social destina-se a beneficiar um segmento carente da sociedade, não buscando maximizar lucros individuais e, ainda, o termo parece carregar certo altruísmo do capitalismo, no qual não avalia as atividades humanas apenas com base nos negócios. Estes mesmos autores também garantem que, antes da publicação ou utilização do termo ‘empreendedorismo social’, esta atividade já aparecia com outras denominações, como “desenvolvimento

comunitário” ou “organizações de finalidade social”. Portanto, percebe-se que, anterior ao termo, a prática do empreendedorismo social já existia.

Assim, o fenômeno do empreendedorismo social surge em meio à falha das instituições governamentais e aos desafios sociais, econômicos e ambientais que assombram as sociedades contemporâneas (PARENTE *et al*, 2011). Essa crescente ‘popularização’ do termo tem sido acompanhada por um campo de análise que agrega e combina um leque diversificado de ideias que visam descrever e definir o empreendedorismo social, sendo esta combinação/influência de outros campos o motivo principal da aparente falta de clareza do conceito, afirma (NICHOLLS, 2006). Nota-se uma infinidade de definições na tentativa de delimitar o conceito de empreendedorismo social. No entanto, tal tarefa tem sido complicada, pois o mesmo conceito pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes, abrindo caminho para mais confusões conceituais, afirma Dees (2001).

O autor também alega que muitas pessoas associam o termo à organizações não lucrativas que dão início a atividades lucrativas; outras o utilizam para descrever qualquer pessoa inserida em uma organização sem fins lucrativos, e há ainda aquelas que usam para referir-se aos empresários do setor empresarial que implantam a responsabilidade social nas suas atividades. Além disso, afirma Mair e Marti (2004) que a junção dos termos ‘empreendedorismo’ e ‘social’ levam a significados diferentes. Aliás, não existe no campo uma tentativa de sistematizar ou criar uma teoria que englobe as diversas definições, porém, o grande número de definições não impede a busca de uma conceituação menos limitada do termo ser estudado (MAIR E MARTI, 2006).

Martin e Osberg (2007) complementam afirmando que o resultado dessa abrangência conceitual é que o empreendedorismo social tem se tornado uma ‘imensa tenda’ no qual todos os tipos de atividades consideradas socialmente benéficas são relacionados com o termo. Dacin, Dacin e Matear (2010) também alegam que essa confusão conceitual é considerada uma barreira para o diálogo interdisciplinar e para avanços para a teoria no campo. Dees (2001), desde o início reconheceu esse dilema e recomendou que o desafio era evitar definir o empreendedorismo social de forma muito ampla ou abrangente, de modo a torná-lo vazio de significado. No entanto, Dacin, Dacin e Matear (2010) concluem que a literatura do campo ainda não atingiu tal equilíbrio.

Um ponto que Mair e Marti (2006) destacam é que é preciso notar as diferenças conceituais entre as definições. Os autores argumentam que definições sobre *empreendedorismo social* geralmente se referem a um processo ou comportamento; já definições que abordam o *empreendedor social* concentram-se no líder ou no fundador do empreendimento e por fim, definições sobre *empresas sociais* normalmente se referem ao resultado tangível do empreendedorismo social. Portanto, analisando tais definições, percebe-se que o imperativo de fornecer valor social ou conduzir uma mudança social parece ser um tema comum entre todas as definições de empreendedorismo social, dando a entender que esse é o caráter diferencial do empreendedorismo social: a criação de valor social (MAIR E MARTI, 2006).

Para Martin e Osberg (2007) a diferença fundamental entre os campos empreendedorismo e empreendedorismo social está na questão do valor. O empreendedor, argumentam os autores, atende os mercados que estão dispostos a pagar por um novo produto ou serviço, ou seja, é projetado para criar lucro financeiro. Isto é, desde o começo, o objetivo do empreendedor e investidores é a obtenção de ganho

financeiro pessoal. O lucro é condição *sine qua non*, afirmam Martin e Osberg (2007). Por outro lado, o empreendedor social não possui o desejo de criar lucro financeiro para os seus investidores, isto é, o propósito final não é criar lucro para si mesma. Todavia, Dacin, Dacin e Tracey (2011) declaram que possuir uma missão voltada para a criação de valor social não significa negar qualquer desinteresse para o valor econômico, mas que na verdade, o lucro financeiro é um ator coadjuvante, pois passa ter um papel fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos sociais e na própria criação de valor social.

Para Emerson e Twersky (1996) *apud* Certo e Miller (2008) os empreendedores podem produzir valor social mesmo no processo de criação de ganhos particulares, e mesmo os empreendedores sociais também podem produzir ganhos privados ou particulares no processo de criação de valor social, mas é preciso deixar claro que ambos possuem missões bem diferentes.

Trivedi e Stokols (2011) afirmam que os empreendedores sociais normalmente tentarão encontrar um equilíbrio entre criação de valor social e econômico por meio de uma perspectiva visionária e inovadora, no sentido de resolver um problema social e, além disso, asseguram que os empreendedores sociais buscam reverter um desequilíbrio existente na sociedade e na comunidade, implementando uma mudança social positiva e sustentável. Tais empreendedores objetivam a criação de valor em grande escala, seja para um segmento específico ou para a sociedade (MARTIN E OSBERG, 2007). O segmento alvo dos empreendedores sociais são os desfavorecidos e os que não possuem meios financeiros ou influência política para alcançar um benefício por conta própria. Isto não quer dizer que empreendedores sociais evitam lucro financeiro, conforme fora mencionado por Dacin, Dacin e Tracey (2011); o que distingue o empreendedorismo social é a primazia do benefício social (MARTIN E OSBERG, 2007).

Trivedi e Stokols (2011), por sua vez, alegam que a distinção principal entre empreendedorismo social e o empreendedorismo empresarial é a existência do problema social, ou seja, enquanto o cerne do empreendimento empresarial é a oportunidade econômica, para os empreendedores sociais o foco está nos problemas socioambientais, isto é, as falhas de mercado ou vazios institucionais. Assim, o que é visto como um obstáculo de crescimento para os empreendedores empresariais, para os empreendedores sociais é a grande oportunidade de mudança (TRIVEDI E STOKOLS, 2011).

Para Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) outra diferença entre empreendedorismo comercial e social é em relação à mobilização de recursos, principalmente os recursos financeiros. Os empreendedores comerciais possuem a vantagem de ter à sua disposição um fator importante no momento de atrair recursos financeiros, o deslumbre dos retornos ou lucros potenciais. Capitalistas de risco e até mesmo os chamados *business angel* (investidores anjos) fornecem capital com a perspectiva de um dia receber ainda mais capital em troca. Em contrapartida, desde o início os empreendedores sociais, sem garantia de retornos potenciais, enfrentam uma maior dificuldade na mobilização de recursos financeiros, sobretudo no momento de encontrar pessoas interessadas em criar ‘valor social’. No entanto, atualmente os empreendedores sociais podem contar com a ajuda de empresas de capital de risco filantrópicas, como é o caso da Ashoka, afirmam Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006).

Oliveira (2004), a fim de esclarecer as diferenças entre empreendedorismo social e empreendedorismo comercial/empresarial, acrescenta mais um conceito que é comumente confundido com empreendedorismo social: ‘responsabilidade social empresarial’. Para o autor, a responsabilidade social empresarial refere-se a um conjunto organizado e planejado de ações internas e externas, mais voltadas à missão e atividade da empresa do que às necessidades da comunidade. Entretanto, Trivedi e Stokols (2011) afirmam a existência de empresas que tentam englobar em suas atividades o conceito de empreendedorismo social com um discurso de responsabilidade social empresarial, fazendo surgir denominações como ‘empresas socialmente responsáveis’, isto é, definidas geralmente como um empreendimento com fins lucrativos, mas que visa um mundo mais justo e responsável.

No entanto, para Doane (2005) *apud* Trivedi e Stokols (2011) tal atitude não passa de uma ferramenta para colher benefícios financeiros e sustentar um jogo de relações públicas com o governo e principalmente com o público alvo da empresa, no intuito de transmitir uma falsa imagem e sensação de segurança.

4 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

4.1 CONCEITUALIZAÇÃO

As mais diversas nomenclaturas tem sido adotadas para referir-se às organizações que nascem em meio à sociedade civil. A título de exemplificação, tem-se organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, organização público não-estatal, setor filantrópico, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) e organização do Terceiro Setor (MACHADO; FRANCISCONI; CHAERKI, 2007; OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2003; COELHO, 2002). Tais denominações denotam parcerias firmadas entre empresas privadas sem fins lucrativos e o poder público a fim de prestar serviços sociais livres à ação privada, sendo o termo mais usado no Brasil o de “Organizações do Terceiro Setor” (COELHO, 2002).

Coelho (2002) ainda defende que, sob tal nomenclatura, a literatura agrupa todas as organizações que apresentam iniciativas particulares com finalidade pública, ou seja, organizações e iniciativas de ordem privada que visem à produção de bens e serviços públicos (a produção de um bem coletivo). Na perspectiva de Fernandes (1994) *apud* Machado, Francisconi e Chaerki (2007), o termo “terceiro setor” suporia um

“primeiro (ligado ao Estado)” e um “segundo (vinculado ao mercado)”. Neste sentido, torna-se interessante apresentar o quadro 2 de correlações estudado por Rufino (1994):

AGENTES	FINS	SETOR
Públicos	Públicos	Estado (Primeiro Setor)
Privados	Privados	Mercado (Segundo Setor)
Privados	Públicos	Terceiro Setor

Quadro 2 – Conceitualização do Setor de acordo com iniciativa dos agentes.

Fonte: Adaptado de Rufino (1994, p.165).

Outras conceitualizações também são trazidas na literatura:

- Organizações privadas sem fins lucrativos com interesse social, com a finalidade de ajudar o cidadão (OLIVEIRA E JUNQUEIRA, 2003);
- Um termo guarda-chuva (Organizações do Terceiro Setor) que inclui diversos tipos de organizações e diferentes marcos teóricos (ALVES, 2002);
- Organizações diversificadas que se caracterizam pelo valor não econômico, fundadas pela iniciativa privada (sociedade civil) com interesses públicos e sociais, com contornos participativos, cooperativos e solidários, e apoiadas no trabalho contratado (SOARES, 2008);
- Organizações preocupadas e movidas pela ação social e baseadas em valores (SOARES E MELO, 2009);
- Fundações e associações civis, que não têm por finalidade a obtenção de lucros, sendo constituídas como entidades de direito privado e de interesse público (GIMENES E MAZZEI, 2008);
- O termo é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica particularmente impregnada pela ideia de filantropia, identificando o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (FRANÇA FILHO, 2002);
- Organizações privadas autônomas, não voltadas à distribuição de lucros para acionistas ou diretores, atendendo propósitos públicos (SALAMON, 1998).

Importante torna-se destacar as diferenças entre os termos citados no primeiro parágrafo deste tópico – organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, organização público não-estatal, setor filantrópico, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) e organização do Terceiro Setor – relacionam-se com o lugar sócio histórico onde foram elaborados, sendo a influência política e cultural do contexto norte americano o grande causador da banalização do uso do termo terceiro setor (FRANCA FILHO, 2002).

4.2 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS COM O EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Diante de todo o exposto até o momento, é possível verificar semelhanças entre empreendedorismo social e organizações do terceiro setor, sendo a principal delas o enfoque social que ambas apresentam. Assim como o empreendedorismo social, cujo propósito não é criação de lucro (MARTIN E OSBERG, 2007) e se destina a beneficiar um segmento da sociedade sem buscar a maximização de lucros individuais nem tampouco avaliar as atividades humanas com base apenas nos negócios (TAN, WILLIAMS E TAN, 2005), o terceiro setor também não têm por finalidade a obtenção de lucros (GIMENES E MAZZEI, 2008), se caracterizando pelo valor não econômico (SOARES, 2008) e apresentando como finalidade ajudar o cidadão (OLIVEIRA E JUNQUEIRA, 2003).

Semelhança entre os dois campos também é pontuada nas palavras de Di Domenico, Haugh e Tracey (2010), os quais acreditam que o surgimento do empreendedorismo social se deve a falta de capacidade ou negligência por parte dos governos dos países em atender as necessidades das classes sociais menos favorecidas, surgindo tal fenômeno em meio às falhas das instituições governamentais das sociedades contemporâneas (PARENTE *et al*, 2011). Mesma visão é apontada por França Filho (2002) no tocante ao terceiro setor, sendo o papel deste o de preencher as lacunas deixadas pelo Estado e também pelo mercado na satisfação das necessidades da sociedade.

No entanto, diferenças também podem ser destacadas entre o empreendedorismo social e o Terceiro Setor; dentre elas, tem-se a questão da forma jurídica. Enquanto que as organizações do terceiro setor necessitam de constituição legal para agirem, o empreendedorismo social não carece de tal obrigação. Tal afirmação tem respaldo em Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006), quando ressaltam que o empreendedorismo social não é definido pela forma jurídica, uma vez que pode ser perseguido através de vários outros veículos. Assim sendo, é possível entender o terceiro setor como necessitado de formalização, inclusive para fins de obtenção de recursos, como aponta Espírito Santo (2004) ao citar que o Brasil investe 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) no Terceiro Setor.

Diante desta formalização, surgem outras duas diferenças entre as áreas estudadas neste trabalho. Uma vez que as organizações do Terceiro Setor apresentam forma jurídica, parcerias entre estas e os governos (tanto no âmbito estadual como no federal) podem vir a se concretizar. Espírito Santo (2004) coloca que o governo brasileiro tem buscado mecanismos para normatizar as ações desse Setor, criar parcerias entre o poder público e o terceiro setor e, além disso, promover também contratos de gestão, ou seja, organizações do terceiro setor passam a atuar na administração de instituições do Estado. Nesse sentido, é exemplo dos dizeres anteriores as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), advindas graças à Lei n.º 9790/99: empresas de direito privado sem fins lucrativos que atuam no campo do Terceiro Setor, podendo vir a beneficiar-se de recursos públicos. Com isso, é possível inferir que o empreendedorismo social detem uma atuação mais local do que o Terceiro Setor, de cunho mais global, isto é, envolvendo uma área maior de atuação.

5 AÇÃO SOCIAL

Uma das razões da dificuldade em definir e delimitar o empreendedorismo social é compreender a ação, objetivos, motivações e os anseios que leva o empreendedor social a criação de valor social. Inicialmente, o maior desafio para a compreensão do empreendedorismo social consiste em definir os limites do que se entende por ‘social’, afirma Mair e Marti (2006). Como já mencionado neste trabalho, a principal distinção entre empreendedorismo social e empreendedorismo comercial é em relação ao lucro financeiro. À primeira vista, enquanto o objetivo fim do empreendedorismo comercial é lucro ou o retorno financeiro, o empreendedorismo social é uma expressão de altruísmo afirmam Mair e Marti (2006). No entanto, os autores Mair e Marti (2006) ressaltam que apesar dessa ser uma característica prevaletente no empreendedor social, podem existir outros motivos menos altruístas como, por exemplo, a realização pessoal.

Na verdade, para Mair e Marti (2006) ação social dos empreendedores está voltada para na utilização de forma criativa dos recursos, que muitas vezes os próprios não possuem para resolver um problema social e, assim, modificar as estruturas sociais existentes. Portanto, o empreendedorismo social age como um catalisador da transformação social para atender às necessidades sociais, mas o seu foco principal é o valor social ou a ação na criação de valor social, tendo o valor econômico apenas condição necessária para sustentar a viabilidade financeira do empreendimento (MAIR E MARTI, 2006). Para os autores Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006), a ação de criar valor social tem como finalidade melhorar a sociedade por meio da remoção de barreiras para o desenvolvimento da inclusão social e assistência aos necessitados, com o intuito de amenizar os efeitos colaterais indesejáveis.

Um fator importante na criação do valor social ou ação social para Miller *et al* (2012) é a compaixão, sendo muitas vezes a responsável por encorajar a prática do empreendedorismo social. De acordo com Miller *et al* (2012) a compaixão é caracterizada pela preocupação com o outro, isto é, é a conexão emocional entre o empreendedor e o sofrimento existente na sociedade. Por causa disso a compaixão acaba servindo como uma motivação ‘pró-social’ em comparação a outras motivações pessoais. Muitas pesquisas são realizadas com o intuito de diferenciar o empreendedorismo social de outras formas de organização, no entanto grande maioria negligencia a importância dos antecedentes motivacionais (MILLER *et al*, 2012). Mas para os autores, a compaixão ou a preocupação com aqueles que estão sofrendo atua como o principal motivador pró-sociedade para a prática da ação social.

Para tanto, segundo os autores Miller *et al* (2012) como resultado dessa preocupação, os empreendedores sociais irão trabalhar para reduzir ou pelo menos amenizar esse sofrimento das pessoas como uma forma de aliviar o seu próprio sofrimento. Essa compaixão, na visão dos autores, pode influenciar na forma que os indivíduos buscam e avaliam as informações sobre como resolver um problema social, causando uma grande receptividade a diferentes informações e facilitando na combinação de novas ideias, permitindo uma abertura para novas oportunidades. Além disso, a compaixão influencia na persistência na busca de resolver um problema e na vontade de continuar na causa mesmo tendo um retorno negativo (MILLER *et al*, 2012).

Em contrapartida, Miller *et al* (2012) alerta que as emoções do compromisso em ajudar as pessoas podem acabar influenciando ou distorcendo no momento de avaliação das informações e das oportunidades, contribuindo para riscos potenciais na

abertura de um novo negócio. Logo, os autores argumentam que altos índices de compromisso com o sofrimento alheio aumentam as chances de engajar-se no empreendedorismo social, pois o empreendedor ficará menos sensível às informações sobre os riscos envolvidos e a viabilidade do empreendimento social, afirmam Miller *et al* (2012). Portanto, de acordo com Miller *et al* (2012); Mair e Marti (2006); Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) e Tan; Williams; Tan (2005) a ação social dentro do empreendedorismo social acontece por meio da ação do empreendedor que através da criação do valor social preenche alguma deficiência ou lacuna existente na sociedade, negligenciada pelo Estado.

Por outro lado, atualmente a ação social das organizações do terceiro setor está direcionada para o atendimento da demanda e necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, das instituições e até dos próprios governos, afirma Salamon (1998). Para Salamon (1998) a ação no terceiro setor reflete um conjunto de mudanças sociais e tecnológicas, formulada sobre a contínua crise de confiança na capacidade do Estado. Já para Oliveira (2005) a ação social nas organizações do terceiro setor surge a partir do objetivo de promover o desenvolvimento humano e sustentável, o qual envolve as áreas ambiental, social, econômica, política e cultural.

Muitas ações das organizações do terceiro setor atuam com a finalidade de ligação entre os financiadores e as organizações que trabalham com projetos sociais. Logo, a ação é voltada à redistribuição dos recursos públicos ou privados, visando reduzir as desigualdades presentes na sociedade civil. Para Oliveira e Junqueira (2003) a ação social no terceiro setor existe com o objetivo de ajudar o cidadão a atuar responsabilmente no futuro da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e abrindo espaços para o exercício e defesa dos direitos da cidadania. Dessa forma, a ação social pode ser comparada com um instrumento para o cidadão exercer seu direito de “acesso à saúde, educação, meio ambiente, habitação, planejamento urbano, progresso social, segurança, direitos humanos e cultura (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2003, p. 236)”. Destarte, nota-se que a ação social nas organizações do terceiro setor veio para suprir as necessidades da população não atendida pelo Estado, mas principalmente vem atuando no sentido de cumprir um outro papel importante, a geração de trabalho, afirma Gimenes e Mazzei (2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

Baseado no objetivo proposto no início deste artigo – sendo este o de abordar o empreendedorismo social e as organizações do terceiro setor, a fim de compreender as distinções e os limites entre estes dois campos e transmitir ao leitor o entendimento no tocante à ação social do empreendedor social e a ação social das organizações do terceiro Setor – os antecedentes e definições do empreendedorismo social foram apresentados, trazendo à tona a perspectiva de diferentes autores no campo de estudos.

Além da definição do que seria o empreendedorismo social e sua distinção perante o empreendedorismo empresarial e a responsabilidade social, o crescimento em número de estudos e publicações na área também foi apontado, demonstrando o amadurecimento e a importância do aspecto social no campo do empreendedorismo, tendo o empreendedorismo social surgido graças à mudança de percepção sobre a função dos mercados e a falta de capacidade ou negligência dos governos em atender as necessidades das classes sociais menos favorecidas.

Outro campo que também foi explorado diz respeito às organizações do terceiro setor, tendo sido realizada uma conceitualização sobre o assunto, expondo os pontos de vista de diversos estudiosos da área, além das divergências e convergências deste setor com o empreendedorismo social e também a ação social presente nos dois campos de estudos trabalhados neste artigo (empreendedorismo social e organizações do terceiro setor).

Como semelhanças entre os dois campos, destacam-se o objetivo fim não ser a maximização de lucro e o surgimento de ambos ter-se dado em resposta a uma necessidade social não atendida por parte dos governos. No tocante às divergências entre os campos, destacam-se a forma jurídica presente nas organizações do terceiro setor, ao passo que estas necessitam de constituição legal para agirem, o empreendedorismo social não carece de tal obrigação; com isso, o surgimento de parcerias entre governo e tais organizações, bem como contratos de gestão (organizações do terceiro setor passam a atuar na administração de instituições do Estado) são possíveis.

Merece atenção, na opinião dos autores, a aparente maior ligação entre os agentes e ação social do empreendedorismo social do que é visível entre os agentes e a ação social presente nas organizações do terceiro setor, isto é, há maior envolvimento pessoal e emocional na ação social do campo do empreendedorismo social do que pode ser visto na ação social do terceiro setor. Assim, em relação aos dois campos de estudos, conclui-se que o empreendedorismo social carrega uma forte influência do papel empreendedor, suas emoções e motivações, no qual uma das razões da atuação do empreendedor social é porque ele também está inserido ou possui identificação com o problema social. Por outro lado, nota-se que as ações das organizações do terceiro setor na maioria das vezes estão direcionadas ao desenvolvimento de ações de políticas públicas, envolvendo maior formalidade e institucionalização.

Quanto às dificuldades na elaboração deste ensaio (limitações), destacam-se a dificuldade no aprofundamento da diferenciação da ação social do empreendedorismo social em relação à ação social das organizações do terceiro setor e a escassez de trabalhos que reforcem nitidamente tal distinção entre os dois campos. Assim sendo, pesquisas futuras poderiam vir a contribuir com mais estudos nesta área a fim de aprofundar a discussão acerca de tais diferenças.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor: as origens do conceito**. XXVI ENANPAD: Salvador, 2002.

ASHOKA. **Empreendedorismo Social**. Disponível em:
<<http://www.ashoka.org.br/visao/empreendedorismosocial/>> Acesso em 01/06/2013, às 00h32min.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. **Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both?** Entrepreneurship Theory and Practice (ETP), vol. 30, issue 1, pages 1-22. January, 2006. Disponível em:
<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6520.2006.00107.x/pdf>>. Acesso em 11/05/2013, às 02h19min.

BOSE, Monica; GODÓI-DE-SOUZA, Edileusa. **Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Social: Desafios e Oportunidades**. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS). São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/107.pdf>>. Acesso em 02/06/2013, às 14h38min.

CERTO, S. T; MILLER, T. **Social entrepreneurship: Key issues and concepts**. Business Horizons, Elsevier, July–August 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681308000396#bib26>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. 2ª Edição, São Paulo: Editora SENAC, 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=GtYhtMYXT70C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 01/06/2013, às 21h58min.

DACIN, Peter A.; DACIN, Tina M.; MATEAR, Margaret. **Social Entrepreneurship: Why We Don't Need a New Theory and How We Move Forward From Here**. Academy of Management Perspectives, p. 37-57, august/2010.

DACIN, M. Tina; DACIN, Peter A.; TRACEY, Paul. **Social Entrepreneurship: A Critique and Future Directions**. Organization Science, vol. 22, n. 5, p. 1203-1213, September/October, 2011.

DEES, J. Gregory. **The Meaning of "Social Entrepreneurship"**. 2001. Disponível em: <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf>. Acesso em 28/05/2013, às 02h47min.

DI DOMENICO, M., HAUGH, H.; TRACEY, P. (2010), Social Bricolage: Theorizing Social Value Creation in Social Enterprises. **Entrepreneurship Theory and Practice**, 34: 681–703. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6520.2010.00370.x/full>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

Espírito Santo (Estado). Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. **Terceiro Setor: Fundações e entidades de interesse social**. Vol. 4, Coleção do Averso ao Direito. Vitória: CEAFF, 2004. Disponível em: <<http://www.mpes.gov.br/anexos/conteudo/207715537592006.pdf>>. Acesso em 05/06/2013, às 01h18min.

FRANÇA Filho, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, Economia social, Economia solidária e Economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Revista Bahia Análise & Dados, v. 12.n. 1.p. 9-19. Salvador, junho/2002.

GIMENES, Éder Rodrigues; MAZZEI, Bianca Burdini. **Terceiro setor: ações da sociedade civil em prol do desenvolvimento social brasileiro**. Caderno de Administração, vol. 16, n. 2, p. 3-12, jul./dez. 2008.

GODÓI-DE-SOUSA, E. **O processo sucessório em associações produtivas no Brasil:** estrutura, desafios e oportunidades. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Administração) do Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05012011-110923/pt-br.php>>. Acesso em 30/06/2013, às 21h57min.

KISTRUCK, Geoffrey M.; BEAMISH, Paul W. **The Interplay of Form, Structure, and Embeddedness in Social Intrapreneurship.** Entrepreneurship Theory and Practice (ETP), vol. 34, n. 4, July/2010.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997

LEI 9790/99. Lei n.º 9.790, de 23 de Março de 1999. Disponível em:
<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109501/lei-9790-99>> Acesso em 08/06/2013, às 11h41min.

MACHADO, Augusto Cesar Marins; FRANCISCONI, Karine; CHAERKI, Sergio Felipe. **Mapeando Organizações do Terceiro Setor sob à luz da estratégia:** aproximações e relações teóricas do campo. X SEMEAD (Seminários em Administração FEA-USP), 2007. Disponível em:
<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=159>. Acesso em 21/05/2013, às 19h46min.

MAIR J; MARTI I. **Social entrepreneurship:** what are we talking about? A framework for future research. Barcelona: IESE Business School Working Paper No. 546, 2004.

MAIR J; MARTI I. **Social entrepreneurship research:** a source of explanation, prediction, and delight. Journal of World Business, n° 41, pp. 36-44, 2006.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª edição. Rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MILLER, T. L; GRIMES, M. G; MCMULLEN, J. S; VOGUS, T. J. Venturing for others with heart and head: how compassion encourages social entrepreneurship. **Academy of Management Review.** v. 37, n. 4, p. 616–640, 2012.

MORT, G. S.; WEERAWARDENA, J.; CARNEGIE, K. **Social Entrepreneurship:** Towards Conceptualization. International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing, vol. 8, n.º 1, pages 76-88. February, 2003.

NICHOLLS, Alex. **The legitimacy of Social Entrepreneurship:** Reflexive Isomorphism and Pré-Paradigmatic Field. Entrepreneurship Theory and Practice (ETP), vol. 34, issue 4, pages 611-633. July, 2010.

NICHOLLS, Alex (ed.). **Social Entrepreneurship**: New models of sustainable social change, Oxford, Oxford University Press, 2006.

OLIVEIRA, Walter F. de; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Questões estratégicas na reforma sanitária**: o desenvolvimento do terceiro setor. Revista de Administração Pública, vol. 37, n. 2, p. 227-241, Mar./Abr. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6485>>. Acesso em 01/06/2013, às 23h34min.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil**: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista da FAE, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **Ação Social e Terceiro Setor no Brasil**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/Oliveira%20SB_Acao%20Social%20e%20Terceiro%20Setor%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 08/06/2013, às 14h07min.

PARENTE, C.; COSTA, D.; SANTOS, M.; CHAVES, R. R. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização, 14., 2011, Lisboa.. **Anais...** Lisboa, 2011.

ROSSONI, Luciano. ONOZATO, Erika. HOROCHOVSKI, Rodrigo R. O terceiro setor e o empreendedorismo social: explorando as particularidades da atividade empreendedora com finalidade social no Brasil. In: XXX Encontro da ANPAD. 2006, Salvador, **Anais...** Salvador, 2006, CD-ROM.

RUFINO, Marcos Pereira. **No Encalço da Luta Cidadã**. Revista Cadernos de Campo da USP, n. 4, p. 165-173. São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50748/54854>>. Acesso em 02/06/2013, às 10h57min.

SALAMON, Lester. **A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global** (tradução de Andrés Pablo Falconer e Alexandre Lucas Cukier). Revista de Administração, São Paulo, v. 33, n. 1, janeiro/março, 1998. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=158>. Acesso em 08/06/2013, às 09h21min.

SANTOS, L. M. L.; GALLELI, B. **O Ensino de Empreendedorismo Social nos Cursos de Administração das Universidades Públicas Brasileiras**. Revista de Administração Pública e Gestão Pessoal (APGS), Viçosa, v. 5, n.º 2, p. 153-173, abr./jun., 2013.

SASSMANNSHAUSEN, Sean Patrick; VOLKANN, Christine. **A Bibliometric Based Review on Social Entrepreneurship and its Establishment as a Field Research.**

Schumpeter School of Business and Economics, University of Wuppertal, Germany, n. 003, 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª edição, revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007,

SHAW, E.; CARTER, Sara. **Social entrepreneurship:** Theoretical antecedents and empirical analysis of entrepreneurial processes and outcomes. *Journal of Small Business and Enterprises Development*, vol. 14, n.º 3, pages 418-434, 2007.

SMITH, Isaac H.; WOODWORTH, Warner P. **Developing Social Entrepreneurs and Social Innovators:** A Social Identity and Self-Efficacy Approach. *Academy of Management Learning & Education*, Vol. 11, N. 3, p. 390–407, 2012.

SOARES, Alexandra Carla Aguiar Antunes. **Desafios gerenciais de organizações do terceiro setor de Belo Horizonte na percepção de seus gerentes.** Belo Horizonte, 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) do Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade Novos Horizontes. Disponível em: <http://www.unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/170820091410133249.pdf>. Acesso em 02/06/2013, às 12h15min.

SOARES, Alexandra Carla Aguiar Antunes; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. **Gestão do Terceiro Setor:** Uma prática social? *Revista de Gestão da USP*, São Paulo, vol. 17, n. 1, p. 1-11, janeiro/março, 2010. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rege/article/download/36690/39411>. Acesso em 26/05/2013, às 23h11min.

TAN, Wee-Liang; WILLIAMS, John; TAN, Teck-Meng. **Defining the ‘Social’ in ‘Social Entrepreneurship’:** Altruism and Entrepreneurship. *International Entrepreneurship and Management Journal* 1, p. 353-365, 2005.

THOMPSON, John L. **Social enterprise and social entrepreneurship:** where have we reached? A summary of issues and discussion points. *Social Entrepreneurship Journal*, vol. 4, n. 2, p. 149-161, 2008.

TRIVEDI, C.; STOKOLS, D. **Social Enterprises and Corporates Enterprises:** Fundamental Differences and Defining Features. *The Journal of Entrepreneurship*, vol. 20, n.º 1, p. 1-32. January, 2011.

ZEN, A. C.; FRACASSO, E. M. **Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo *empreendedor*.** *RAM – Revista de Administração de Mackenzie*, vol. 9, n.º 8, Edição Especial, p. 135-150. Nov./Dez. 2008. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/213/213>>. Acesso -- em 05/05/2013, às 15h14min.